

MANIFESTO
NACIONAL PELO
CUIDADO INTEGRAL
À MULHER E O
ENFRENTAMENTO DO
CÂNCER DE MAMA



esfera^{BR}

Uma causa urgente e essencial para reduzir a mortalidade de mulheres

A saúde da mulher no Brasil, especialmente no contexto do câncer de mama (**a primeira causa de morte por câncer** entre mulheres no país [2]), representa um dos maiores desafios para a concretização dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde

- Entre **2014 e 2023**, foram registradas **173.690** mortes por câncer de mama no país.
- Em **2023**, ocorreram **20.165 óbitos**, um aumento de **38%** em relação a 2014 (14.622 mortes) [1].
- A mortalidade cresceu especialmente após a pandemia de COVID-19, que impactou o acesso ao diagnóstico e tratamento.

Mulheres morrem em idade ativa e em que seu papel social é fundamental.

- **22%** das mortes ocorreram em mulheres com **menos de 50 anos**.
- A faixa entre **50 e 69 anos** concentra **cerca de 45%** dos óbitos [2].

Apesar dos avanços normativos, científicos e de políticas públicas, inúmeras mulheres ainda enfrentam barreiras que comprometem o diagnóstico precoce, o tratamento oportuno e a qualidade de vida, perpetuando desigualdades e injustiças no acesso ao cuidado oncológico.

A jornada de quem enfrenta o câncer de mama revela um paradoxo preocupante: enquanto a ciência expande fronteiras, a implementação prática e integral de soluções avançadas permanece aquém das necessidades reais das pacientes. É imperativo superar esses desafios com coragem e compromisso, promovendo ações que assegurem diagnóstico precoce, prevenção eficaz, tratamento equitativo e acesso universal a terapias baseadas em evidências.

Cenário atual e os desafios do SUS

Entre os avanços recentes, destacam-se:

- A publicação da Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer.
- A criação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do câncer de mama, publicado em dezembro de 2024, configurando um marco histórico ao orientar com precisão as condutas nas redes de saúde públicas do país;
- A criação do Programa **“Agora Tem Especialistas”** do Ministério da Saúde, em 2025, que busca ampliar o acesso a especialistas e acelerar o diagnóstico de doenças como o câncer de mama;
- A incorporação de inovações terapêuticas, como os inibidores de ciclinas e o trastuzumabe entansina, fundamentais para a sobrevivência e qualidade de vida das pacientes.

Por outro lado, entraves significativos persistem. Apesar da decisão de incorporação desses medicamentos pelo SUS, a disponibilização à população permanece limitada devido à falta de códigos específicos na tabela SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais), inviabilizando sua execução prática em ambientes hospitalares. Isso impede milhares de brasileiras de acessarem tratamentos que poderiam alterar significativamente o curso da doença.

Adicionalmente, a política de saúde oncológica do SUS negligencia a quimioprevenção. Estudos robustos demonstram que medicamentos específicos podem reduzir substancialmente o risco de câncer de mama em mulheres de alto risco, como aquelas com histórico familiar ou mutações genéticas predisponentes.

No sistema privado de saúde, a realidade é diferente, pois o acesso às terapias inovadoras já é uma prática comum há mais de 5 anos. Essa disparidade no acesso ao arsenal terapêutico atual tem consequências diretas na mortalidade precoce por câncer de mama. Enquanto uma paciente com câncer de mama metastático no SUS tem uma mediana de sobrevida de apenas 26 meses após o início do tratamento com as terapias disponíveis, as mulheres que têm acesso às terapias inovadoras no sistema privado de saúde possuem uma expectativa de vida de quase 5 anos.

Propostas para um cuidado oncológico integral e transformador

Para reduzir a mortalidade do câncer de mama e efetivar o cuidado integral à saúde da mulher, propomos ações fundamentais que possam preencher as lacunas evidenciadas:

1. Implementação do PCDT do câncer de mama:

- Garantir a publicação dos códigos específicos no SIGTAP, possibilitando a prescrição e o acesso aos inibidores de ciclinas e ao trastuzumabe entansina (medicamentos já incorporados ao SUS);
- Monitorar a adesão e eficácia dos tratamentos, assegurando que avanços normativos sejam traduzidos em benefícios reais para pacientes e suas famílias.

2. Construção de uma política nacional de quimioprevenção no SUS:

- Desenvolver diretrizes para identificar mulheres com alto risco de desenvolver câncer de mama e oferecer
- Incluir os medicamentos para quimioprevenção na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), alinhando-se às melhores práticas internacionais e à legislação nacional.

3. Fortalecimento da prevenção e diagnóstico precoce:

- Investir na capacitação das equipes de saúde para detectar sinais iniciais da doença;
- Ampliar campanhas educativas que promovam o autocuidado e a busca por serviços de saúde;
- Facilitar a realização de mamografia, pois o exame permite identificar o câncer em seus estágios iniciais;

4. Combate às desigualdades regionais e sociais no acesso ao cuidado:

- Estruturar redes de atenção oncológica que priorizem as populações mais vulneráveis, promovendo equidade no diagnóstico e tratamento em todas as regiões do país.

5. Implementação de uma estratégia de Blended Finance para o financiamento de políticas oncológicas inovadoras:

- O Blended Finance é uma estratégia que mobiliza recursos de múltiplos setores — público, privado e terceiro setor — com o objetivo de viabilizar soluções de impacto social e financeiro. No contexto do enfrentamento ao câncer de mama, propomos a criação de fundos colaborativos que integrem investimentos privados, doações filantrópicas e recursos públicos.
- Esses fundos devem ser direcionados para a construção e manutenção de infraestrutura de cuidado oncológico, como centros de diagnóstico avançado, aquisição de tecnologias de ponta e ampliação do acesso aos medicamentos incorporados no SUS.
- Tais iniciativas fortalecem o compromisso coletivo de oferecer cuidado equitativo, sustentável e acessível, enquanto otimizam o uso de recursos e promovem a eficiência no sistema de saúde.

6. Diálogo contínuo e pactuado com a sociedade civil, a comunidade científica e especialistas na área oncológica:

- Engajar todos os atores em processos decisórios que impactem diretamente a saúde da mulher, consolidando uma abordagem ética, transparente e baseada em evidências.

Convocação ao Ministério da Saúde: Liderar uma Transformação Histórica na Saúde da Mulher

O Ministério da Saúde tem diante de si uma oportunidade única de liderar uma transformação histórica na atenção oncológica feminina. Ao assumir o protagonismo na implementação de soluções concretas e inovadoras, poderá consolidar um modelo de cuidado integral, equitativo e baseado em evidências — um modelo que verdadeiramente salva vidas.

O Brasil já dispõe de recursos científicos, tecnológicos e legais capazes de mudar radicalmente a realidade das mulheres acometidas pelo câncer de mama. O setor privado demonstra disposição para colaborar, e há sinais claros de engajamento do Judiciário e do Legislativo. O momento é propício para uma ação coordenada e ambiciosa.

Por que apoiar esta causa?

- Porque cada vida salva representa um avanço civilizatório.
- Porque o cuidado integral à mulher é um indicador de justiça social e desenvolvimento humano.
- Porque o enfrentamento ao câncer de mama exige coragem institucional e visão estratégica.
- Porque o Brasil pode e deve ser referência global em políticas públicas de saúde oncológica.

Chamado à ação - Convidamos o Ministério da Saúde a:

- Assumir a liderança na implementação plena do PCDT do câncer de mama, garantindo que os medicamentos incorporados estejam disponíveis na prática clínica.
- Construir uma política nacional de quimioprevenção, alinhada às melhores evidências científicas e às diretrizes internacionais.
- Mobilizar recursos por meio de estratégias de Blended Finance, viabilizando infraestrutura, inovação e acesso universal.
- Estabelecer um pacto nacional pelo cuidado integral à mulher, com participação ativa da sociedade civil, iniciativa privada, comunidade científica e especialistas.
- Este manifesto é mais do que um documento: é um chamado para uma Aliança no intuito de reduzirmos a mortalidade do Câncer no Brasil.

References:

[1] [Panorama do Câncer de Mama](#)

[2] [Estatísticas para câncer de mama | Instituto Oncoguia](#)

